

# ACM defende atuação da PM, mas OAB critica violência contra índios

Para presidente do Senado, "ação preventiva evitou conflito muito grave"

Domingos Peixoto

Laura Antunes e Leticia Lins

Enviadas especiais

• PORTO SEGURO. A ação da PM da Bahia, responsável pela repressão aos manifestantes que tentaram chegar até o presidente Fernando Henrique em Porto Seguro, foi defendida ontem pelo presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). Ele afirmou que "só não aconteceu um conflito muito grave por causa da ação preventiva da PM". Segundo o senador, após a partida de Fernando Henrique, Porto Seguro assistiu a uma festa maravilhosa.

— Depois que o presidente foi embora, milhares de pessoas assistiram, à noite, ao espetáculo de fogos de artifício. Faltou mobilização para essa festa dos 500 anos. Se uns três meses antes tivessem começado a tocar uma música símbolo, como a do Avança Brasil, isso poderia ter sido evitado. A campanha não aconteceu, o outro lado ocupou espaço e o confronto foi inevitável.

## PM da Bahia nega ter usado violência contra índios

A Polícia Militar baiana nega que tenha usado de violência contra os índios no protesto que eles fizeram em Coroa Vermelha. Chamando os índios de amigos, o comandante da Operação Brasil 500, coronel Wellington Müller, responsável pelos 220 soldados presentes à manifestação, afirma que a ação policial foi necessária para impedir que grupos radicais de manifestantes, infiltrados entre os índios, perturbassem a ordem pública. Segundo o coronel, os próprios líderes dos pataxós haviam pedido à PM que retirasse essas pessoas da passeata pacífica que pretendiam fazer. O relações públicas do comando da PM da Bahia, coronel Cristóvam Pinheiro, também garante que a PM teve que usar a força para conter um mal maior.

— Os índios são nossos amigos, não poderíamos agredilos. Os policiais agiram contra as pessoas que vieram de fora para provocar arruaça. As bombas de gás usadas não tinham a função de ferir ninguém, mas de evitar o contato físico dos policiais com essas pessoas, que pretendiam também manipular os índios. Tanto estávamos do lado dos índios que não houve um deles detido sequer — argumenta Müller.

Mas os índios da organização da marcha contestam essa

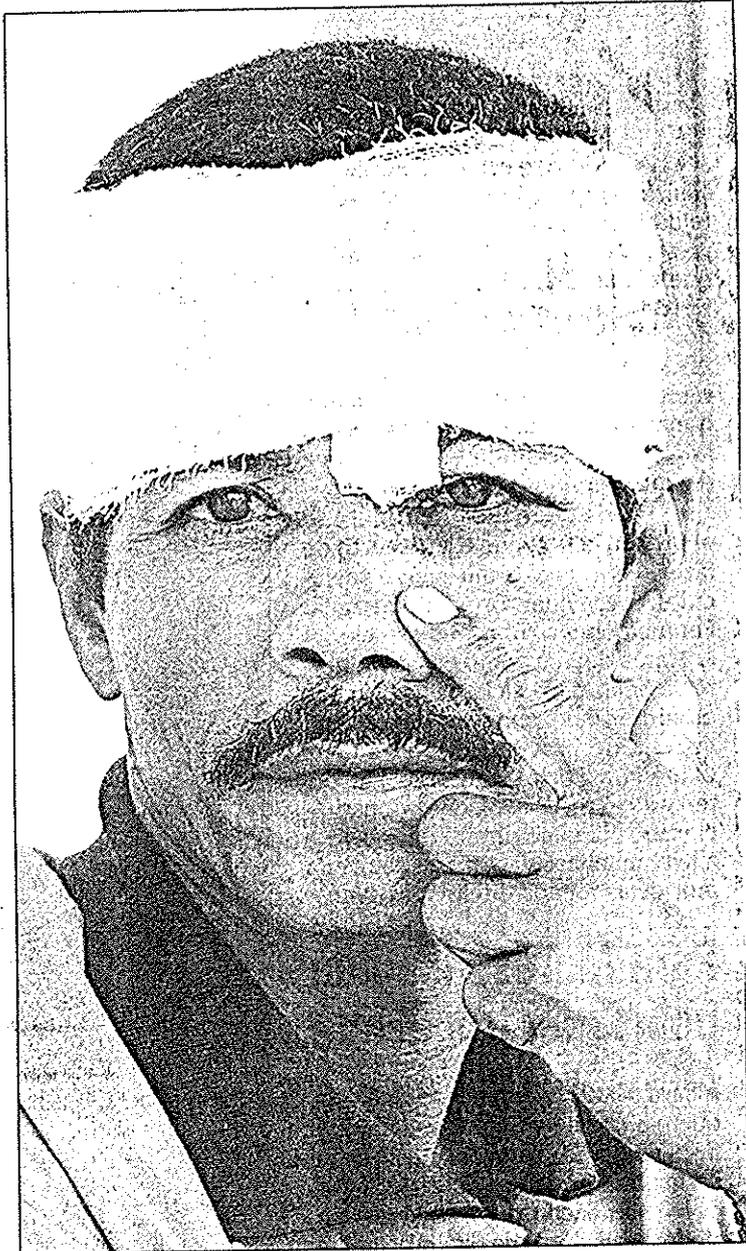
versão. Segundo Zeca Pataxó, a presença da polícia foi solicitada apenas para evitar a ocupação da reserva indígena, quando manifestantes já corriam das bombas, não antes.

De acordo com Müller, as 141 pessoas detidas eram suspeitas de ter atirado uma pedra no índio Crispim. O relações públicas da PM culpa ainda os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pelo rigor que a corporação precisou adotar no esquema de segurança, que incluiu fechar os acessos a Porto Seguro e Cabália durante 24 horas.

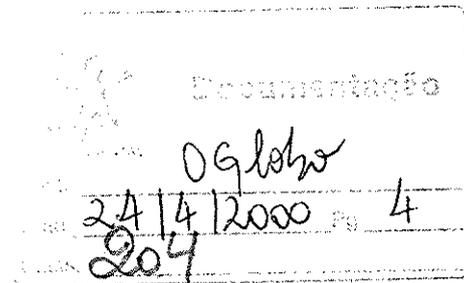
— Eles ameaçavam entrar com foices, facões e pedaços de pau na cidade que estava cheia e que iria receber as visitas dos presidentes da República do Brasil e de Portugal. Ou tomávamos providências para impedir isso ou ficaríamos desmoralizados. Que intenção teriam eles de entrar com essas armas? Muitos manifestantes violentos se infiltraram entre os índios em Coroa Vermelha para tentar usá-los politicamente. Por isso precisamos usar de força — acrescenta coronel Pinheiro.

Valmir Assunção, líder dos 2.500 integrantes do MST que estavam acampados a 62 quilômetros de Porto Seguro e ameaçavam entrar na cidade no sábado, rebate os argumentos da PM e diz que jamais ameaçaram fazer uma manifestação violenta.

— Era o dia de se homenagear os índios, mas eles foram reprimidos e atacados a bombas. O MST queria fazer uma marcha pacífica, mas nem sequer nos deixaram chegar — disse Valmir.



O ÍNDIO PATAXÓ Crispim, atingido por uma pedrada durante conflito



# Pataxó diz que não viu de onde partiu pedrada

## Para presidente da OAB, o conflito foi mal administrado

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Reginaldo de Castro, condenou ontem a ação da PM.

— Foram cenas incompatíveis com a comemoração. Só cabe reprová-la violência policial que era vista nos tempos mais sombrios. Foi uma administração infeliz de tudo, que acabou dando razão ao protesto.

O presidente da OAB condenou também o fato de a Polícia Militar da Bahia ter feito prisões apenas para impedir o direito ao protesto.

— O direito ao protesto deve ser preservado. No caso de haver radicalização, ela deve ser tratada na forma da lei e não na pancada. ■

• SANTA CRUZ CABRÁLIA, BA. Indicado pelos pataxós para esculpir o monumento indígena sobre os 500 anos do Descobrimento, Crispim Nicácio foi vítima dos conflitos entre a PM da Bahia e civis e índios que pretendiam participar da Marcha Brasil Outros 500, no sábado. Ele foi atingido por uma pedra no rosto, levou oito pontos e está impedido temporariamente de trabalhar. Crispim não sabe a quem atribuir a pedrada.

— Só vi a pedra em cima de mim. Não participei da marcha, ia para a mata trabalhar, acabar de fazer o índio que estou esculpindo e terminei com uma marca no rosto — disse ele ontem, com a cabeça enfiada.

Crispim disse não saber o que aconteceu. Mas a pataxó

Rita de Cássia contou que quando ouviu quatro explosões e tiros, chamou um parente, o índio Saracura, para lhe ajudar a fechar o portão. E conta:

— Depois dos tiros, só vi garrafas, pau e pedra voando; gente correndo para todo lado e fumaça (gás lacrimogêneo). Cheguei a pensar que ia morrer longe dos meus filhos.

Com a ofensiva da polícia, estudantes, punks, integrantes do movimento negro e sem-terra, depois de reagir com pedras, garrafas e paus, se refugiaram na área pataxó, entrando nas casas. Alguns chegaram a se esconder debaixo das camas.

— Quando a gente viu brancos e negros nas casas teve medo que fizessem a gente de refém para se livrar da polícia. ■

Editoria de Arte

## Entenda como foi o conflito

